



MUNICÍPIO DE  
**PATO BRANCO**

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



*MKS*

Protocolo Geral

06-Nov-2017 16:13:03:054-1/2

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR

**MENSAGEM Nº 95/2017**

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Encartado a presente mensagem, encaminhamos o incluso Projeto de Lei, visando autorização legislativa para abertura de **Crédito Especial** no Orçamento do Município, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no valor de R\$ 110.998,70 (cento e dez mil reais novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos), referente ao Superávit da Fonte 110 - MDE/Convênio Merenda Escolar, para aquisição de Merenda Escolar, a ser fornecida para todas as crianças dos Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município.

Contando com a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, **em regime de urgência** antecipamos agradecimentos.

Gabinete do Prefeito, 06 de novembro de 2017.

AUGUSTINHO ZUCCHI

Prefeito



MUNICÍPIO DE  
**PATO BRANCO**

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



**PROJETO DE LEI Nº 168 /2017**

Autoriza o Executivo Municipal a abrir **Crédito Especial** no exercício de 2017, no valor de R\$ 110.998,70 (cento e dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

**Art. 1º** Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0039	Manutenção do Ensino	110.998,70

**Art. 2º** Autoriza o Executivo Municipal alterar ação da Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.090	Manter, Ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMEI e Escolas Municipais.	110.998,70

**Art. 3º** Autoriza o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 110.998,70 (cento e dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.02	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
12	Educação	
12.306	Alimentação e Nutrição	
12.306.0039	Manutenção do Ensino	
2.090	Manter, Ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMEI e Escolas Municipais.	
3.3.90.32 – 110	Material, Bem ou Serviços para Distribuição Gratuita	110.998,70
<b>Total</b>		<b>110.998,70</b>

**Art. 4º** Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
110 - MDE/Convênio Merenda Escolar	110.998,70
<b>Total</b>	<b>110.998,70</b>

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

  
AUGUSTINHO ZUCCHI  
Prefeito



## ASSESSORIA CONTÁBIL

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 168/2017

Busca o Executivo Municipal, através do Projeto de Lei nº 168/2017, obter autorização legislativa para abrir **Crédito Especial**, por Superávit Financeiro no exercício de 2017, no valor de R\$ 110.998, 70 (cento e dez mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

O Projeto em análise acresce dotação orçamentária ao orçamento do Município para o exercício financeiro de 2017 por Superávit Financeiro do exercício de 2016, dentro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que será utilizado para aquisição de Merenda Escolar, a ser fornecida para todas as crianças dos Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais.

- ✚ 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
- ✚ 07.02 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
- ✚ 12.306.0039.2.090 - Manter, ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMEI e Escolas Municipais.
- ✚ 3.3.90.32 – Material, Bem ou Serviços para Distribuição Gratuita
- ✚ Fonte - 110

A dotação orçamentária acima citada observa as especificações do Plano de Contas da Despesa para o Orçamento de 2017 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme segue:

3 3 90 32 00 00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Despesas orçamentárias com aquisição de materiais, bens ou serviços para distribuição gratuita, tais como livros didáticos, medicamentos, gêneros alimentícios e outros materiais, bens ou serviços que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto se destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.
-----------------	---	--

O projeto tem amparo nos artigos 40, 41, inciso II e 42 na Lei nº. 4320/64, que trata dos créditos adicionais especiais que assim expressam:

*"Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.*

*Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:*

*II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;*

*Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo."*

Como o crédito se relaciona com o orçamento anual as condições básicas para sua abertura é:

- ✚ a prévia autorização legislativa e
- ✚ a indicação de recursos.

Para dar cobertura ao crédito aberto, foram utilizados recursos oriundos do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, com base no que disciplina o art.43, § 1º inciso I e § 2º, da Lei nº 4320/64 que assim se reporta:



*"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.*

*§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:*

*I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.*

*§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.*

A matéria encontra-se em conformidade com a Lei nº. 4.320/64, assim como Art. 167 da Constituição Federal que assim disciplina:

**"Art. 167 – São vedados:**

**V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;"**

O superávit financeiro é o resultado apurado da diferença positiva entre Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, que são elementos constitutivos do Patrimônio Financeiro da entidade, sendo que o superávit financeiro é apurado no Balanço Patrimonial, conforme legislação em vigor.

O artigo. 43, § 1º, inciso I da Lei nº 4320/64 preceitua a comprovação do superávit através do Balanço Patrimonial.

Neste caso o documento anexado para comprovar o saldo existente, foi o Relatório da Execução Orçamentária – Balancete Financeiro por Fonte de Recurso, relativo ao ano de 2016, enviado pela contadoria da prefeitura municipal, como pode ser observado anexo, relacionado às fontes descritas abaixo que possuem saldo para tal crédito:

#### ↓ 110 - MOE/Convênio Merenda Escolar

Os artigos 1º e 2º autorizam o Executivo a adequar as alterações promovidas pelo artigo 3º, ao Anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual para o exercício 2017 estando em conformidade com o que preceitua a legislação sobre a matéria, uma vez que as três matérias orçamentárias devem estar compatíveis entre si.

O Projeto encontra-se apto a seguir seu trâmite normal, em conformidade com as normas e com legislação que o regem.

É o parecer S.M.J.

Pato Branco, 13 de novembro de 2017.

**Márcia Regina Zanoelo**  
ASSESSORA CONTÁBIL  
CRC-PR Nº 27.823/O-3

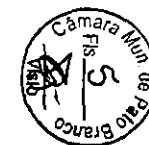
Prefeitura Municipal de Pato Branco  
Relatório da Execução Orçamentária  
Balancete Financeiro por Fonte de Recurso  
Exercício de 2016

Unidade Gestora :CONSOLIDADO

Fonte Recurso : 110 - MDE/Convênio Merenda Escolar

RECEITAS			DESPESAS	
ORÇAMENTÁRIA			ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES - Empenhada Líquida	
RECEITA PATRIMONIAL	9.153,26		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.150.959,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.239.346,00	1.248.499,26		1.150.959,74
Totais .....		1.248.499,26	Totais .....	1.150.959,74
EXTRAORÇAMENTÁRIA			EXTRAORÇAMENTÁRIA	
Contas a Pagar	1.150.959,74		Contas a Pagar	1.134.326,74
Interferências Financeiras Recebidas (Ingressos)			Restos a Pagar	92.105,74
		1.150.959,74	Interferências Financeiras Concedidas (Egressos)	
				1.226.432,48
Saldo Anterior(Contábil)		105.460,35	Saldo Atual	127.527,13
Total		2.504.919,35	Total	2.504.919,35
Saldo Financeiro Anterior		105.460,35	Saldo Financeiro Atual	127.527,13
Diferença do Saldo da Fonte		-	Diferença do Saldo da Fonte	-

*[Assinatura]*





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



GABINETE DO VEREADOR MARCO ANTONIO AUGUSTO POZZA

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

**PARECER:** Projeto de Lei n 168/2017. Que Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no exercício de 2017 no Valor de R\$110.998,70 (Cento e dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

Súmula –: Projeto de Lei n 168/2017. Que Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no exercício de 2017 no Valor de R\$110.998,70 (Cento e dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

Refere-se ao Projeto de Lei n 168/2017. Que Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no exercício de 2017 no Valor de R\$110.998,70 (Cento e dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos), a Superavit da Fonte 110 – MEC /Convenio Merenda Escolar , para aquisição de merenda escolar, a ser fornecida para todas as crianças dos centros de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município.

APÓS Analise entendemos que o projeto encontra-se apto a seguir seu tramite normal, em conformidade com as normas e com a legislação que o regem, emitimos o **PARECER FAVORAVEL** a aprovação da referida matéria.

Pato Branco, 16 de novembro de 2017.

MARCO ANTONIO AUGUSTO ROZZA - PSD  
PRESIDENTE – RELATOR

CLAUDEMIR ZANCO – PDT  
MEMBRO

MARINÉS BOFF GEHARAT - PSDB  
MEMBRO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral -16-Nov-2017-13:24-031160-1/1



## *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**, abaixo assinado,  
conforme estabelecem os artigos 51 e 54, do Regimento Interno do  
Poder Legislativo Municipal, o projeto de  
Lei nº 168/2017.

Pato Branco, 13/11/2017.

Marco Antonio Augusto Pozza - PSD  
Presidente





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## PROJETO DE LEI Nº 168/2017

Autoriza o Executivo Municipal a abrir **Crédito Especial** no exercício de 2017, no valor de R\$ 110.998,70 (cento e dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

**Art. 1º** Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0039	Manutenção do Ensino	110.998,70

**Art. 2º** Autoriza o Executivo Municipal alterar ação da Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.090	Manter, Ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMEI e Escolas Municipais.	110.998,70

**Art. 3º** Autoriza o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 110.998,70 (cento e dez mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.02	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
12	Educação	
12.306	Alimentação e Nutrição	
12.306.0039	Manutenção do Ensino	
2.090	Manter, Ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMEI e Escolas Municipais.	
3.3.90.32 – 110	Material, Bem ou Serviços para Distribuição Gratuita	110.998,70
<b>Total</b>		<b>110.998,70</b>

**Art. 4º** Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
110 - MDE/Convênio Merenda Escolar	110.998,70
<b>Total</b>	<b>110.998,70</b>

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



1ª Vara Cível da Comarca de Pato Branco – PR  
Rua Maria Rocco, 254 – São Domingos – Pato Branco/PR  
CEP: 85.501-560 Fone/Fax: (0xx46) 3723-3445  
e-mail: cjb1-cjb1@sanepar.br

JUIZ DE DIREITO – MÁCIO CATANEO  
ESCRIVÃO – ET ANE KURTZ  
EDITAL PARA CONHECIMENTO  
DE TERCEIRO  
PRazo de 60 sessenta dias

O DOUTOR MÁCIO CATANEO, MM. JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital vierem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório respectivo, se processam aos termos legais, uma Ação de Desapropriação sob nº. 0002673-47.2017.8.16.0131, movida por Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR em face de Moacir Carlos Bertol, Margaret Formighieri Cantu, Margot Iria Formighieri Bertol e Ademir Cantu, na qual foi juntado minuta de acordo entre as partes (mov. 87.1), conforme a seguir transcrição: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ-SANEPAR, doravante denominada requerente expropriante, e MARGOT IRIA FORMIGHIERI BERTOL, MOACIR CARLOS BERTOL, MARGARETH FORMIGHIERI CANTU, e ESPÓLIO DE ADEMIR CANTU REPRESENTADO POR MARGARETH FORMIGHIERI CANTU, doravante denominados requeridos expropriados, todos já devidamente qualificados nos autos supra de ação de constituição de servidão administrativa, vêm, respectivamente, a presença de Vossa Excelência, para informar que TRANSIGRAM nos seguintes termos: I- A requerente expropriante (COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ-SANEPAR) promoveu a presente ação de constituição de servidão administrativa em favor de terras de propriedade dos requeridos, com área de 2.129,70m², situada no imóvel de matrícula 37.834, registrado junto ao 1º ofício do Registro de Imóveis da comarca de Pato Branco-PR, com os seguintes descritores (memorial descritivo juntado aos autos): Matrícula 37834 do 1º Ofício do Registro de Imóveis da comarca de Pato Branco-PR. Imóvel Rural "Imóvel Cabana Casa de Pedras", desmembrado dos Imóveis Locais João Cadornin, Nelson Formighieri, Nelson Cadornin, Nelson Formighieri nº 01 e imóvel João Cadornin, encravados na parte do lote rural nº 02, do Núcleo Pato Branco, situado no Município de Pato Branco-PR. Descrição: Inicia-se a descrição pelo eixo de servidão no vértice A35, de coordenadas N 7.094.298,370m, situado distante aproximadamente a 97m da Estrada Pinheiro Sady Pedro Viganó no lizão com o imóvel Moacir Favretti, desde segue adentrando o imóvel Cabana Casa de Pedras, com o seguinte azimute e distância: 315°43'46" e 354,95m até o vértice A 46 de coordenadas N 7.094.352,678m e E 336,272,171m, situado no limite com o imóvel de Clodomir Luiz Azeite, percorrendo uma extensão de 354,95m, a qual define o eixo de uma faixa de 6,00m de largura com área total de acatamento de 2.129,70m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° W e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. II- Para pôr fim à demanda, a requerente expropriante pagará aos requeridos expropriados a importância de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), valor este que será depositado nos autos no prazo de até 30 dias a contar da intimação da homologação deste acordo, III- requerem as partes a constituição da área servida supramencionada (2.129,70m²-matricula 37.834 do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco-PR) em nome da requerente COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ-SANEPAR, expedindo-se mandado de registro da área mencionada, conforme descrito constante do item I, o qual será retirado e levado a registro pela expropriante requerente, IV- A servidão descrita no item I obriga aos requeridos expropriados e seus herdeiros ou sucessores, em qualquer época ou circunstância; V- Os requeridos expropriados declaram expressamente sob pena de responsabilidade civil e penal que incidem quaisquer danos ou ações reais ou pessoais reipersecutórias relativas aos imóveis em questão, inexistindo, ainda, débitos tributários de qualquer natureza, responsabilizando-se de modo expresso por eventuais entraves no registro das decorrentes. VI- Os requeridos expropriados, em nenhuma hipótese poderão edificar, plantar árvores ou arbustos nas faixas reservadas à servidão, permitindo inclusive, à expropriante e aos órgãos públicos Municipais e Estaduais, o livre acesso da área com vistas à fiscalização e manutenção tanto quanto vezes forem necessárias; VII- requerem as partes a expedição de editais pelo juízo para conhecimento de terceiros, os quais serão retirados para publicação pela requerente expropriante, conforme preconiza o art. 34 do Decreto-Lei 336/54; VIII- a requerente expropriante arcará com as custas processuais, de expedição de editais e custas de registro, sendo que cada parte arcará com os honorários de seu respectivo advogado; IX- os requeridos expropriados apresentaram nos autos as certidões negativas de débitos federais, estaduais e municipais, como condicionante ao levantamento do valor da indenização depositado na forma do art. 34 do Decreto-Lei 336/54; X- a presente transação é firmada em caráter irrevogável e irretratável, pelo que os requeridos expropriados renunciam a qualquer direito ou pretensão de receber qualquer outra indenização ou reparação por danos materiais e morais, atuais ou futuros, ainda que tenha a reclamar no que se refere ao objeto da presente demanda. Diante do exposto, requerem as partes a) a homologação do presente acordo, com fulcro no art. 22 do Decreto-Lei 336/54, extinguindo-se o feito com resolução do mérito, na forma do art. 487, III "a" do diploma processual civil/2015; b) após a homologação do acordo, a expedição do competente mandado de registro da área servida, conforme item III supra, acompanhado das seguintes peças devidamente autenticadas: petição inicial, matrícula do imóvel, planta da área servida, memorial descritivo, cópia do presente acordo, sentença homologatória, certidão de trânsito em julgado; c) após a homologação do acordo, a expedição de editais para conhecimento de terceiros, conforme item VII supra, os quais serão retirados pela requerente expropriante, após intimação, para encaminhamento à publicação devida; d) após comprovado nos autos o registro da área servida, o que será feito pela expropriante requerente no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da intimação para retirada dos editais expedidos e mandado de registro, mediante apresentação da matrícula com o registro da área de servidão, e também o cumprimento do art. 34 do Decreto-Lei 336/54 pelas partes (apresentação da certidão negativa de débitos dos imóveis pelos requeridos expropriados e publicação de editais para conhecimento de terceiros pela requerente expropriante); requerem as partes a expedição de alvará de levantamento em nome do I advogado que representa os requeridos expropriados, do valor da indenização ora acordada, no importe de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com eventual correção monetária decorrente do depósito judicial. Nestes termos, pede deferimento Pato Branco, 26 de outubro de 2017, profereida sentença, cujo teor é o seguinte: "Homologo por escritura, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o termo de acordo realizado entre as partes e declare extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil. Custas, despesas processuais e honorários advocatícios, na forma acordada, tendo em vista que o caráter consensual faz presumir acordo sobre ela. Não sendo pagas as custas processuais remanescentes, facio à Escritura promover a cobrança às suas próprias expensas. Expeçam-se os editais para conhecimento de terceiros. Fiquem dispensadas as custas processuais remanescentes. Defiro a dispensa do prazo recursal, se requerido. Expeça-se mandado de registro na forma requerida. Autorizo o levantamento dos valores na forma acordada, mediante a expedição de alvará judicial. Expeça-se alvará. Havendo repatriamento mediante ofício de transferência, nos termos do artigo 906, parágrafo único, do Código de Processo Civil, defiro o pedido sem prejuízo de eventual cobrança de encargos da transferência devidos à instituição depositária. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente arquivem-se, com as bíbas e anotações necessárias. Pato Branco, datado e assinado digitalmente, MÁCIO CATANEO Juiz de Direito. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de agosto de dois mil e setecentos e sete. Isabel S. Cardoso – Avelina Juramentada, que subscreevê-la autorizada pela portaria 33/2012.

Isabel S. Cardoso  
Aux. Juramentada  
Port 33/2012  
Assinatura Digital

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ  
LEI Nº 5.054, DE 27 DE NOVOBRO DE 2017  
Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2017, no valor de R\$ 10.998,70 (dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:  
Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0035	Manutenção do Ensino	10.998,70

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal alterar ação da Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Oritamentais) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.090	Manter, Ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMEI e Escolas Municipais.	10.998,70

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superfície Financeira de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 10.998,70 (dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.02	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
12	Educação	
12.308	Alimentação e Nutrição	
12.308.0035	Manutenção do Ensino	
2.090	Manter, Ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMEI e Escolas Municipais.	
3.190.32-110	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	10.998,70
Total		10.998,70

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superfície Financeira de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
110 - MDE-Carreira Merenda Escolar	10.998,70

Total	Valor R\$
	10.998,70

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.  
AUGUSTINO ZUCCHI  
Prefeito

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ  
DECRETO Nº 8.227, DE 27 DE NOVOBRO DE 2017  
Abre Crédito Especial no exercício de 2017, no valor de R\$ 10.998,70 (dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXII, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 5.053, de 27 de novembro de 2017,  
DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0035	Manutenção do Ensino	10.998,70

Art. 2º Fica alterada a ação da Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Oritamentais) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.090	Manter, Ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMEI e Escolas Municipais.	10.998,70

Art. 3º Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superfície Financeira de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 10.998,70 (dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.02	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
12	Educação	
12.308	Alimentação e Nutrição	
12.308.0035	Manutenção do Ensino	
2.090	Manter, Ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMEI e Escolas Municipais.	
3.190.32-110	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	10.998,70
Total		10.998,70

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superfície Financeira de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
110 - MDE-Carreira Merenda Escolar	10.998,70

Total	Valor R\$
	10.998,70

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.  
AUGUSTINO ZUCCHI  
Prefeito

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ  
LEI Nº 5.054, DE 27 DE NOVOBRO DE 2017  
Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2017, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:  
Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	300.000,00

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal alterar ação da Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Oritamentais) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitoria Plaza	300.000,00

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superfície Financeira de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
12.02	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	
18	Gratidão Ambiental	
18.541	Preservar e Conservar o Ambiente	
18.541.0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitoria Plaza	
4.490.51-511	Obras e Instalações	300.000,00
Total		300.000,00

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superfície Financeira de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
511 – Taxas – Prestação de Serviços	300.000,00

Total	Valor R\$
	300.000,00

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.  
AUGUSTINO ZUCCHI  
Prefeito



MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ  
DECRETO Nº 8.228, DE 27 DE NOVOBRO DE 2017  
Abre Crédito Especial no exercício de 2017, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXII, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 5.054, de 27 de novembro de 2017,  
DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	300.000,00

Art. 2º Fica alterada a ação da Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Oritamentais) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitoria Plaza	300.000,00

Art. 3º Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superfície Financeira do Fundo de Recurso Vinculada no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
12.02	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	
18	Gratidão Ambiental	
18.541	Preservar e Conservar o Ambiente	
18.541.0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitoria Plaza	
4.490.51-511	Obras e Instalações	300.000,00
Total		300.000,00

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superfície Financeira de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
511 – Taxas – Prestação de Serviços	300.000,00

Total	Valor R\$
	300.000,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.  
AUGUSTINO ZUCCHI  
Prefeito

## MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2017**  
Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial SRP nº 142/2017, de 08 de novembro de 2017, com abertura e julgamento em 24 de novembro de 2017, e verificado que não houve interposição recursal, eu, José Roberto Bocalon, Pregoeiro, designado pela Portaria nº 97/2017, ADJUDICO os objetos constantes dos seguintes itens, do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 142/2017 para Registro de Preços, a Empresa, que apresentaram o menor preço, respectivamente conforme segue: ALFONSO MARANGON PRÉ-MOLDADOS - EPP, CNPJ Nº 15.278.442/0001-71; LOTE 01. Saudade do Iguaçu dia 28 novembro de 2017, JOSÉ ROBERTO BOCALON, Pregoeiro.

## HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o parecer jurídico e a ADJUDICAÇÃO do Pregoeiro, que apurou o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 142/2017 - SRP, de 08/11/2017, com abertura e julgamento em 24/11/2017 e não existindo interposição recursal, eu Mauro Cesar Cenci, Prefeito Municipal, torno público a HOMOLOGAÇÃO do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 142/2017 para Registro de Preços, conforme o ato de ADJUDICAÇÃO, a seguinte Empresa: ALFONSO MARANGON PRÉ-MOLDADOS - EPP, CNPJ Nº 15.278.442/0001-71. Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, PR, 28 de novembro de 2017. MAURO CESAR CENCI PREFEITO MUNICIPAL.  
extrato da Ata de Registro de Preços  
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 142/2017. ATA Nº 174/2017 - ALFONSO MARANGON PRÉ-MOLDADOS - EPP, CNPJ Nº 15.278.442/0001-71.

A Publicação na íntegra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://lansop.diaem.com.br>, edição de 29/11/2017, conforme Lei Autorizativa nº1071 de 14 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ  
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2017

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial SRP nº 144/2017, de 10 de novembro de 2017, com abertura e julgamento em 28 de novembro de 2017, e verificado que não houve interposição recursal, eu Clovis Zanella, Pregoeiro, designado pela Portaria nº 97/2017, ADJUDICO os objetos constantes dos seguintes itens, do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 144/2017 para Registro de Preços, a Empresa, que apresentaram o menor preço, respectivamente conforme segue: JOEL LEANDRO BORGES 073550041969, CNPJ Nº 26.163.660/0001-87; LOTE 01 itens - 01.02.03.04.05.06.07. Saudade do Iguaçu dia 28 novembro de 2017, CLOVIS ZANELLA, Pregoeiro.

## HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o parecer jurídico e a ADJUDICAÇÃO do Pregoeiro, que apurou o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 144/2017 - SRP, de 10/11/2017, com abertura e julgamento em 28/11/2017 e não existindo interposição recursal, eu Mauro Cesar Cenci, Prefeito Municipal, torno público a HOMOLOGAÇÃO do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 144/2017 para Registro de Preços, conforme o ato de ADJUDICAÇÃO, a seguinte Empresa: JOEL LEANDRO BORGES 073550041969, CNPJ Nº 26.163.660/0001-87. Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, PR, 28 de novembro de 2017. MAURO CESAR CENCI PREFEITO MUNICIPAL.  
extrato da Ata de Registro de Preços  
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 144/2017. ATA Nº 173/2017 - JOEL LEANDRO BORGES 073550041969, CNPJ Nº 26.163.660/0001-87.

A Publicação na íntegra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://lansop.diaem.com.br>, edição de 29/11/2017, conforme Lei Autorizativa nº1071 de 14 de março de 2017.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

**SECRETARIA DE GABINETE**  
**LEI Nº 5.053, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017**

Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2017, no valor de R\$ 110.998,70 (cento e dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0039	Manutenção do Ensino	110.998,70

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal alterar ação da Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.090	Manter, Ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMEI e Escolas Municipais.	110.998,70

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 110.998,70 (cento e dez mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.02	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
12	Educação	
12.306	Alimentação e Nutrição	
12.306.0039	Manutenção do Ensino	
2.090	Manter, Ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMEI e Escolas Municipais.	
3.3.90.32 – 110	Material, Bem ou Serviços para Distribuição Gratuita	110.998,70
Total		110.998,70

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
110 - MDE/Convênio Merenda Escolar	110.998,70
Total	110.998,70

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
Prefeito

Publicado por:  
Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini  
Código Identificador:3733C275

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 29/11/2017. Edição 1389  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

**SECRETARIA DE GABINETE**  
**DECRETO Nº 8.227, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017**

Abre Crédito Especial no exercício de 2017, no valor de R\$ 110.998,70 (cento e dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 5.053, de 27 de novembro de 2017, DECRETA:

**Art. 1º** Fica alterado o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0039	Manutenção do Ensino	110.998,70

**Art. 2º** Fica alterada a ação da Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.090	Manter, Ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMEI e Escolas Municipais.	110.998,70

**Art. 3º** Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 110.998,70 (cento e dez mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.02	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
12	Educação	
12.306	Alimentação e Nutrição	
12.306.0039	Manutenção do Ensino	
2.090	Manter, Ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMEI e Escolas Municipais.	
3.3.90.32 – 110	Material, Bem ou Serviços para Distribuição Gratuita	110.998,70
<b>Total</b>		<b>110.998,70</b>

**Art. 4º** Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
110 - MDE/Convênio Merenda Escolar	110.998,70
<b>Total</b>	<b>110.998,70</b>

**Art. 5º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
Prefeito

Publicado por:  
Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini  
Código Identificador:3B1E1581

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 29/11/2017. Edição 1389  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



**PROJETO DE LEI Nº 168/2017**

**Regime de urgência**

**MENSAGEM Nº 95/2017**

**RECEBIDA EM: 6 de novembro de 2017**

**SÚMULA:** Autoriza o Executivo Municipal a abrir **Crédito Especial** no exercício de 2017, no valor de R\$ 110.998,70 (cento e dez mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

(Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao Superávit da Fonte 110 - MDE/Convênio Merenda Escolar, para aquisição de Merenda Escolar, a ser fornecida para todas as crianças dos Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município)

**AUTOR:** Executivo Municipal

**LEITURA EM PLENÁRIO:** 8 de novembro de 2017.

**DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM:** 13 de novembro de 2017  
**RELATOR:** Marco Antonio Augusto Pozza – PSD

**VOTAÇÃO SIMPLES**

**PRIMEIRA VOTAÇÃO:** 20 de novembro de 2017 – Aprovado com 7 (sete) votos e 3 (três) ausências.

Votaram a favor: Joecir Bernardi – SD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marco Antonio Augusto Pozza – PSD, Marines Boff Gerhardt – PSDB, Moacir Gregolin – PMDB, Rodrigo José Correia – PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan – PP.

Ausentes, os vereadores Claudemir Zanco – PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD e Vilmar Maccari – PDT.

**SEGUNDA VOTAÇÃO:** 22 de novembro de 2017 – Aprovado com 6 (seis) votos e 4 (quatro) ausências.

Votaram a favor: Joecir Bernardi – SD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marco Antonio Augusto Pozza – PSD, Marines Boff Gerhardt – PSDB, Moacir Gregolin – PMDB, Ronalce Moacir Dalchiavan – PP.

Ausentes, os vereadores Carlinho Antonio Polazzo – PROS, Claudemir Zanco – PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD e Vilmar Maccari – PDT.

**REDAÇÃO FINAL:** Ofício nº 1009, de 22 de novembro de 2017.

**SANÇÃO:** Lei nº 5053, de 27 de novembro de 2017. Decreto nº 8227, de 27 de novembro de 2017.

**PUBLICAÇÃO:** Publicados na página B2 do Jornal Diário do Sudoeste edição nº 7024 de 29 de novembro de 2017 e no sítio <http://www.diariomunicipal.com.br/amp> edição nº 1389 de 29 de novembro de 2017.